

ATA DA 438ª (QUADRINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA) – EXERCÍCIO 2024/2026. No vigésimo nono (29) dia do mês de agosto de 2024, às nove horas na sala de reuniões do IPSERV, situado a Rua Major Eustáquio, 542 realizou-se a reunião ordinária do Conselho Administrativo convocada pelo Presidente deste. Compareceram à reunião os seguintes membros titulares do Conselho Administrativo do IPSERV Gestão 2024 -2026: Afrânio Machado Borges Prata, José Monteiro Conde, Ana Flávia de Sousa Silva, Taciana de Castro Balduino, Silvânia Beatriz Silveira de Almeida Afonso; e do IPSERV, Bianca Cardoso de Souza Prata Vidal, Diretora Executiva e o Presidente Marcio Adriano Oliveira Barros. Após a verificação do quórum, o Presidente do Conselho Administrativo Afrânio Machado Borges Prata, declarou aberta a reunião, cumprimentou e agradeceu a presença de todos, Iniciando pela pauta da reunião: Em primeiro momento participaram da reunião as representantes da Athena Atuarial, as senhoras Nathalie e Karla para ponderações sobre as atualizações do Relatório atuarial em andamento.1 - Apresentação da prestação de contas mensais de julho de 2024, de forma sintética com relatórios de fechamentos (financeiro, orçamentário, patrimonial e dívida fluante (consignações/dívidas em curto prazo) com ofício constatando parecer do Instituto; O relatório apresentado demonstra uma receita no mês de Julho de 2024 de R\$ 22.453.278,75 (vinte e dois milhões e quatrocentos e cinquenta e três mil e duzentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos), assim discriminadas: Contribuições Sociais = R\$ 5.707.146,82 (cinco milhões e setecentos e sete mil e cento e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos), Patrimonial R\$ 9.826.984,83 (nove milhões e oitocentos e vinte e seis mil e novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), (Outras receitas correntes R\$ 6.919.147,10 (seis milhões e novecentos e dezenove mil e cento e quarenta e sete reais e dez centavos). Quanto a Despesa empenhada no mês de Julho de 2024 o valor foi de R\$ 16.422.901,01 (dezesesseis milhões e quatrocentos e vinte e dois mil e novecentos e um reais e um centavo) Assim discriminados: a) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil o valor de R\$ 375.589,63 (trezentos e setenta e cinco mil e quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e três centavos), b) Aposentadorias do RPPS valor R\$ 13.169.110,26 (treze milhões e cento e sessenta e nove mil e cento e dez reais e vinte e seis centavos), c) Obrigações Patronais valor R\$ 35.529,94 (trinta e cinco mil e quinhentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos), d) Pensões do RPPS valor de R\$ 2.206.024,66 (dois milhões e duzentos e seis mil e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos), salientamos que as despesas dos aposentados e pensionistas do mês de Julho, estão incluídas 50% do 13º salário do exercício de 2024, e) Despesas de Exercícios Anteriores valor de R\$ 94.158,16 (noventa e quatro mil e cento e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), f) Outras Despesas Correntes no valor de R\$ 2.842.671,18 (dois milhões e oitocentos e quarenta e dois mil e seiscentos e setenta e um reais e dezoito centavos). Do total destas despesas foram liquidadas e paga o valor de R\$ 16.868.086,32 (dezesesseis milhões e oitocentos e sessenta e oito mil e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos), ficando o saldo devedor para o mês de Agosto/2024 no valor de R\$ 1.892.941,53 (um milhão e oitocentos e noventa e dois mil e novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e três centavos). Com relação à Dívida Fluante do mês de Julho, verificamos que os valores retidos em folha de pagamento estão sendo recolhidos, entretanto existe um saldo devedor de R\$ 4.761.411,86 (quatro milhões e setecentos e sessenta e um mil e quatrocentos e onze reais e oitenta e seis centavos), referente aos consignados da folha de pagamento de pendências acumuladas de meses anteriores do referido relatório contábil. Ao Caixa e Equivalente de Caixa o valor apresentado foi de R\$ 896.283.234,47 (oitocentos e noventa e seis milhões e duzentos e oitenta e três mil e duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos), saldo contábil, deduzindo deste saldo contábil a Taxa Administrativa no valor de R\$ 8.183.087,71 (oito milhões e cento e oitenta e três mil e oitenta e sete reais e setenta e um centavos), chega-se ao saldo Financeiro de R\$ 888.100.146,76 (oitocentos e

oitenta e oito milhões e cem mil e cento e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos). Movimentação da taxa administrativa no mês de julho de 2024: Tivemos um retorno de R\$ 70.901,50 (setenta mil e novecentos e um reais e cinquenta centavos), a meta do mês de Julho foi de 0,84% e o retorno do mês foi de 0,87%, tivemos uma aplicação de R\$ 948.487,05 (novecentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e cinco centavos), teve um resgates no mês de Julho de R\$ 719.368,28 (setecentos e dezenove mil e trezentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos), sendo o saldo inicial vindo do mês de Junho no valor de R\$ 7.883.067,44 (sete milhões e oitocentos e oitenta e três mil e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), sendo auferido um saldo para o mês de Julho no valor de R\$ 8.183.087,71 (oito milhões e cento e oitenta e três mil e oitenta e sete reais e setenta e um centavos).

2 - Apresentação do Extrato de Regularidade Previdenciária – CRP conforme Art. 4ºF § 1º da Lei 11.234/2011. O Extrato de Regularidade Previdenciária – CRP apresenta os seguintes itens ainda irregulares: a) Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises, b) Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses: Encaminhamento e Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – Consistência e Caráter Contributivo e ainda um em análise - Instituição do regime de previdência complementar

3 - Apresentação do recolhimento das contribuições de julho/2024; as contribuições demonstram regularidades nos seguintes Órgãos: IPSERV, FETI, Prefeitura de Frutal, COHAGRA e Fundação Esporte e Lazer. A Fundação Cultural demonstra permanece com o saldo a pagar no mês de fevereiro, referente ao Plano Financeiro o aporte no valor de R\$ 3.729,54 (três mil, setecentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos). A Câmara Municipal demonstra no mês de julho um saldo residual referente ao patronal no plano previdenciário no valor de R\$ 402,20 (quatrocentos e dois reais e vinte centavos). A Prefeitura Municipal de Uberaba, em conformidade com o demonstrativo apresentado, está com o valor a pagar no plano financeiro: R\$ 9.358,79 (nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos) referente ao saldo residual do segurado de março de 2024; R\$ 217,56 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos) referente ao saldo residual do afastados segurado de março de 2024; R\$ 5.549.398,48 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos) referente ao aporte do mês de julho; R\$ 551.733,05 (quinhentos e cinquenta e um mil, setecentos e trinta e três reais e cinco centavos) referente ao patronal; R\$ 559.217,31 (quinhentos e cinquenta e nove mil, duzentos e dezessete reais e trinta e um centavos) referente ao segurado; R\$ 31.147,98 (trinta e um mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos) referente aos afastados segurado. No Plano Previdenciário a Prefeitura Municipal de Uberaba está com o valor residual a pagar de: R\$ 703,83 (setecentos e três reais e oitenta e três centavos) referente ao patronal do mês de fevereiro; R\$ 2.406.410,57 (dois milhões quatrocentos e seis mil, quatrocentos e dez reais e cinquenta e sete centavos) referente ao patronal; R\$ 3.548.502,15 (três milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quinhentos e dois reais e quinze centavos) referente ao segurado; R\$ 227.869,13 (duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e treze centavos) referente aos afastados segurado. Foi inserido no relatório apresentado que as informações contidas foram extraídas do sistema de Contabilidade no dia 21 de agosto de 2024 às 12:00 horas, sendo demonstrado no relatório os movimentos/pagamentos até o dia 20 de agosto de 2024. A CODAU demonstra um valor a pagar no plano financeiro de R\$ 124.066,80 (cento e vinte e quatro mil, sessenta e seis reais e oitenta centavos) referente a 1ª parcela 13/2024.

4 - Apresentação do relatório de gastos dos aposentados/pensionistas dos planos financeiro e previdenciário, referente ao mês de Julho/2024. Foi apresentado o Relatório com os Gastos Mensais com os Aposentados e Pensionistas dos Planos Financeiro e Plano Previdenciário, no acumulado no período de Janeiro a Julho de 2024, mais o pagamento de 50% do 13º salário do exercício de 2024, dando um valor total de R\$ 75.428.963,59 (setenta e cinco milhões e quatrocentos e vinte e oito mil e novecentos e sessenta e três reais e

cinquenta e nove centavos), sendo no Plano Financeiro o valor de R\$ 62.176.910,68 (sessenta e dois milhões e cento e setenta e seis mil e novecentos e dez reais e sessenta e oito centavos), sendo apurado no Plano Previdenciário o valor de R\$ 13.252.052,91 (treze milhões e duzentos e cinquenta e dois mil e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos). Daí entende o aporte que a Prefeitura faz todo o mês para o IPSEV para pagar os aposentados e pensionistas do Plano Financeiro que o município assumiu com o pessoal até 1995.

5 - Apresentação de relatório de compensação previdenciária acumulada, referente aos meses de janeiro a junho de 2024; foi apresentado o quadro do saldo de Compensação Previdenciária de 2024. Tivemos o acumulado de Janeiro a Junho de 2024 o valor de R\$ 5.390.748,83 (cinco milhões e trezentos e noventa mil e setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos) de receita do IPSEV, enquanto foi transferido para o INSS o valor de R\$ 493.794,40 (quatrocentos e noventa e três mil e setecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) para o INSS e o saldo acumulado de Janeiro a Junho de 2024 de R\$ 4.896.954,43 (quatro milhões e oitocentos e noventa e seis mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos) a favor do IPSEV. Devemos ressaltar que embora estejamos no mês de julho de 2024, a compilação dos dados é trabalhosa, devido a sistemática da compensação previdenciária demandar várias variáveis, para se chegar ao resultado final. Analisando a compensação há mais pessoas aposentadas pelo IPSEV, conforme análise dos números apresentados.

6 - Apresentação do saldo de recursos aplicado, bem como relatório de investimentos com parecer do Instituto do mês de julho de 2024 e apresentar a situação financeira e econômica atual do mercado de investimentos; A empresa CRÉDITO E MERCADO emitiu um relatório com o panorama econômico de julho de 2024, tendo a sua conclusão de análise macro de mercado: No exterior, os fracos dados do mercado de trabalho americano reviveram a pauta sobre a possibilidade de uma eventual recessão da economia americana que se avizinha. As falas de algumas figuras do mercado se transformaram de uma baixa probabilidade de corte de juros em 2024 para uma forte necessidade de corte de juros em proporções ainda maiores já na próxima reunião. É importante enfatizar que, apesar de os números terem vindos mais moderados do que o esperado, a atividade americana segue bastante resiliente, e que é dever nosso enquanto investidores do mercado de capitais, apresentar cautela e prudência à medida que os dados e notícias são divulgadas. A desaceleração do mercado de trabalho apurada era um fato amplamente esperado e desejado pelo Federal Reserve. Com a manutenção dos resultados de emprego no patamar atual, e com a contínua desinflação ocorrendo de maneira gradual, esperamos sim, que um corte de juros por parte do FED (Federal Reserve Bank) ocorra ainda no terceiro trimestre. Como já foi dito por diretores da autoridade monetária, o objetivo do FED não é o de conceder aumento de juro real, portanto, caso esse juro real se eleve por conta de uma esperada desinflação, é esperado que um corte de juros acontecesse. O mencionado fato que surpreendeu os mercados no mês de julho, foi a inesperada alta de juros realizada pelo Banco Central do Japão (BoJ, na sigla em inglês) que elevou sua taxa básica de juros para 0,25% ao ano. O movimento, não visto a mais de uma década, trouxe impactos para a cesta de moedas globais. Com a interrupção dessa taxa de juros historicamente hiperestimulante com a finalidade de cessar a continua desvalorização do lene (moeda japonesa), o desmonte de operações de carry trade (o carregamento) ocorreu ao redor do mundo. O carregamento, é a operação de tomada de empréstimo em moeda desvalorizada e juros baixa, para investimento em localidade de juros mais elevados e moeda mais forte. Uma vez que a moeda utilizada para tomada de crédito se aprecia, a operação se torna menos atrativa, ocorrendo um desmonte da operação. O Real brasileiro era também uma das moedas utilizadas na ponta dessa operação, e uma vez que esse desmonte tenha ocorrido, uma saída de capital estrangeiro pode ser esperada. No Brasil, a unanimidade quanto a manutenção de juros no patamar de 10,50% ao ano trouxe um discurso mais firme no comunicado posteriormente divulgado. As autoridades da instituição enfatizaram que não pouparão esforços para que a estabilidade da moeda seja atingida, e

que, portanto, elevarão juros, se necessário. Esperamos que, com os desafios domésticos e do exterior, que a autoridade monetária brasileira possa realizar novas altas da taxa de juros, porém, todavia, voltamos a destacar a cautela e prudência dos investidores. Cada vez mais, os holofotes do mercado estão voltados para a discussão fiscal. A insuficiência de medidas adotadas por parte da frente política traz insegurança para os investidores. Todavia, a pressão do mercado certamente é sentida pela ala política e medidas adicionais para o cumprimento da meta devem ser mais bem desenhadas. Frente ao cenário desafiador, os vencimentos mais curtos da renda fixa apresentam menos volatilidade, e prêmios maiores para os vencimentos mais longos são encontrados. Na renda variável, apesar das quedas no ano, uma janela de oportunidade de entrada não deve ser desconsiderada para a diversificação de portfólio. Foi apresentado o demonstrativo das aplicações financeiras de julho de 2024, onde constatamos um retorno no valor de R\$ 9.685.323,42 (nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos). Houve aplicações no valor de R\$ 28.667.675,14 (vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quatorze centavos), um resgate no valor de R\$ 22.854.072,70 (vinte e dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, setenta e dois reais e setenta centavos). Sendo o Patrimônio Líquido apresentado de R\$ 888.100.048,49 (oitocentos e oitenta e oito milhões, cem mil e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos). O valor do Patrimônio Líquido apresentado não inclui os investimentos da taxa administrativa. Constatamos ainda que as distribuições dos ativos estão consolidadas em sua maioria entre o CDI e o IRF-M1, sendo 24,07% que corresponde o valor de R\$ 214.912.871,96 (duzentos e quatorze milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos) e 17,72% que corresponde o valor de R\$ 158.226.286,38 (cento e cinquenta e oito milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos). Os ativos estão sendo administrados: BB Gestão com 58,27%; Caixa Econômica com 15,14%; Tesouro Nacional com 9,37%; BTG Pactual com 4,63%; Itaú Unibanco com 4,43%; BEM DTVM com 1,48%; Banco BTG com 3,81%; BNP PARIBAS com 1,12%; Banco Bradesco com 0,31%; XP Investimentos com 1,39%, INTRAG DTVM com 0,05% e Genial Investimentos com menos de 0,01% dos ativos.

7 - Apresentação dos pagamentos realizados pela Prefeitura Municipal, autarquias e fundações das contribuições patronais dos parcelamentos dos contratos, relativo ao mês de julho de 2024; os relatórios apresentados demonstram regularidade de pagamento referente aos parcelamentos do mês de julho. Os relatórios apresentados demonstram regularidade de pagamento referente aos parcelamentos do mês de julho e houve a finalização do acordo de parcelamento nº592/2019 sendo paga a parcela 60 no mês de julho. Informamos que não houve a contratação de novos parcelamentos.

8 - Evolução do processo de aluguel Eletrosom, Solar 17 e Doação do Jockey. Imóvel “Eletrosom” AV. Leopoldino de Oliveira: o Departamento Administrativo do IPSERV atualizou o relatório informando que: 26 de Agosto de 2024 - Em fase de cadastramento e colhimento de assinatura do Termo de Credenciamento com a empresa LICITANET, única habilitada no Chamamento Público de Credenciamento de Plataforma de Licitações Eletrônicas.28/08/2024 - Conclusão da Minuta do Edital de Leilão Eletrônico nº 01/2024 – Objeto: Concessão de Uso do imóvel do IPSERV – previsão de publicação do Edital no dia 04/09/2024 – Sessão Pública da disputa no dia 26/09/2024 (15 dias úteis). O processo Sobre o Imóvel “Solar 17”, consta o esclarecimento na ata 437 sem alterações, o Instituto publicou a Portaria CO/IPSERV nº 02/2024, no porta voz n. 2492 em 24 de julho de 2024, pagina 14, que: Instaura “Sindicância Investigativa” visando apurar possíveis irregularidades na Gestão e execução do contrato de locação referente à antiga sede do IPSERV (Rua São Sebastião n. 91 – “Solar 17”), que será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância Investigativa/IPSERV, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório conclusivo à Controladoria-Ouvidoria do IPSERV, à contar da publicação da portaria, e que segue em sigilo até sua conclusão. Doação do

Jockey, mantém as informações da ata 437. O Presidente do IPSEPV Márcio Adriano informou que a documentação se encontra em cartório, a última movimentação é de 03/06/2024, quando foi apresentada nova documentação conforme protocolo 325628 do 2º Ofício de Registro de Imóveis. Em contato com o Cartório solicitou-se prioridade. 9 - Solicitação da Relação de patrimônio do IPSEPV não entregue na reunião anterior. RELATÓRIO - PATRIMÔNIO IPSEPV – apresentado aos conselheiros listados em: 28.08.2024 onde foi recebida e será analisada. 10 - Presidente do Conselho Administrativo Afrânio Prata retornou à solicitação de auditoria externa, administrativa, financeira, contábil e previdenciária que tinha sido prorrogada para este mês em reunião passada, onde foi aprovada por unanimidade. O presidente do IPSEPV, Márcio Adriano, explica que a seu entendimento, a auditoria deveria ser feita de maneira separada, e que hoje o Instituto não tem capacidade de produção de serviço para contratação. 11 - Relação atualizada de contratos do IPSEPV, entregue e será analisada. 12 - Relatório atuarial com as correções apontadas na 1ª ata extraordinária. Em reunião online com a consultoria o conselho administrativo apontou itens elencados na Ata da reunião extraordinária do Conselho Administrativo do IPSEPV, realizada em 22 de maio de 2024. Segue abaixo as nossas considerações: 1. Premissa da NTA – FINANCEIRA: ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS, visto que neste caso não há esta premissa devido o plano ser fechado conforme havia alertado o presidente do Conselho Administrativo Afrânio Prata. Resposta: Correto, segue anexado a Nota Técnica Atuarial alterada. 2. REMUNERAÇÃO E PROVENTOS, com relação a este item questionou se foram encaminhados todos os planos de carreira atualizados em 2023; sendo respondido que não foi encaminhado, porém este valor é estimado por um histórico do quadro de remuneração dividido pelo quadro de ativos, a representante da Athena Nathalie ressalta a necessidade de verificar se foi encaminhada à empresa, a legislação atualizada dos Planos de carreira; Resposta: Gostaríamos de esclarecer que não recebemos diretamente a legislação atualizada dos planos de carreira referente a 2023 antes da elaboração da Avaliação Atuarial de 2024. No entanto, realizamos uma busca ativa no site Leis Municipais e arquivamos as leis vigentes que regem os planos de carreira dos servidores. Além disso, recentemente elaboramos o relatório de Análise de Hipóteses, onde realizamos o estudo de análise da taxa de crescimento real dos salários com base nos relatórios salariais dos últimos 10 anos encaminhados pela diretoria. Conforme mencionado anteriormente, sabemos que, embora as leis estabeleçam percentuais de progressão na carreira, essas progressões nem sempre se concretizam conforme o previsto. Portanto, para a avaliação atuarial, adotamos um estudo retrospectivo, analisando o crescimento médio dos salários dos servidores ao longo dos anos. Esse método nos permite calcular um percentual de crescimento mais alinhado à realidade observada. Para a avaliação atuarial de 2024, o percentual de crescimento salarial adotado foi de 1,50%, baseado na análise histórica do crescimento salarial dos servidores. 3. ANÁLISE DA BASE CADASTRAL, foi solicitado o percentual das inconsistências, onde a representante não soube precisar, pois quase não integra foram usadas premissas, devido ao índice mínimo de qualidade nas informações, não conseguiram avaliar o histórico anterior, justificando as questões operacionais. Consideraram dentro das premissas, por aproximação e tempo anterior, sendo ignorado o cadastro e os percentuais usados no relatório que são os lançados no CADPREV. Resposta: Conforme solicitado, informamos que o percentual de inconsistências na base cadastral ficou entre 0% e 25%, conforme indicado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA). Na avaliação atuarial de 2024, considerando a ausência de informações sobre o tempo de contribuição anterior ao ingresso do segurado no ente federativo, a apuração foi realizada com base na diferença entre a idade do segurado na data de ingresso no ente ou de vinculação ao RPPS e a idade de 25 anos, conforme o disposto no artigo 40 da Portaria MTP nº 1467/2022. No caso de tempo de contribuição anterior a outros RPPS, nenhuma premissa de alocação de tempo foi considerada. Dado o índice de inconsistência e a importância de informações precisas para as avaliações atuariais,

recomendamos iniciar o processo de recenseamento previdenciário para atualizar os dados cadastrais dos servidores vinculados ao RPPS. Esse procedimento permitirá melhorar a qualidade das informações e, conseqüentemente, a precisão das avaliações futuras. 4. Item 7.7.1 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (A RECEBER E A PAGAR) – De acordo com as avaliações anteriores não foi constatado o que se paga. Conselheiro Afrânio solicita que seja alterado. A empresa solicitou atualização de base para equalização, com isso será atualizado o relatório financeiro. Resposta: Informamos que não recebemos a base de dados atualizada nem o relatório referente à compensação financeira paga nos últimos anos. É importante destacar que a compensação financeira é um fator estimado. Quando o valor a receber ou a pagar é irrisório em comparação com o montante total do déficit, ele não deve impactar significativamente o plano de amortização. No entanto, é crucial enfatizar que a ausência de um plano de amortização aplicado de forma efetiva nos últimos anos tem um impacto muito mais relevante e prejudicial ao equilíbrio atuarial e financeiro do RPPS do que as variações na compensação financeira. A falta de um plano de amortização adequado impede que o RPPS obtenha o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) de maneira administrativa, além de comprometer o equilíbrio atuarial e financeiro necessário. Recomendamos que seja priorizada a implementação de um plano de amortização eficaz, que é fundamental para assegurar a sustentabilidade de longo prazo do RPPS. A atualização da base de dados e a revisão da compensação financeira devem ser feitas, mas não devem desviar o foco da necessidade urgente de estabelecer um equilíbrio atuarial e financeiro robusto. 13 - Situação da certificação dos conselheiros. Bianca Cardoso de Souza Prata Vidal, Diretora Executiva do IPSERV, entregou a cada um dos Conselheiros orientações e como fazer a inscrição para a prova de certificação RPPS, juntamente com os respectivos vouchers. 14 - Alteração do anexo da PSI; foi apresentado e aprovado por unanimidade. 15 - Plano de ação e capacitação 2024; foi apresentado e solicitado pelo conselho para ser deliberado na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11h 40minutos. Eu Ana Flávia de Sousa Silva, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e demais membros do Conselho Administrativo:

Afrânio Machado Borges Prata
**Presidente do Conselho
Administrativo**

José Monteiro Conde
**Vice-Presidente do Conselho
Administrativo**

Silvânia Beatriz Silveira de
Almeida Afonso
Conselheira

Taciana de Castro Balduino
Conselheira

Ana Flávia de Sousa Silva
Secretária do Conselho